



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 21.1.2019
C(2019) 94 final

Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o parecer formulado sobre a Proposta de Regulamento que altera os Regulamentos (UE) n.º 1308/2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas, (UE) n.º 1151/2012, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, (UE) n.º 251/2014, relativo à definição, descrição, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas dos produtos vitivinícolas aromatizados, (UE) n.º 228/2013, que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União, e (UE) n.º 229/2013 que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das ilhas menores do mar Egeu {COM(2018) 394 final}.

A Comissão considera que a Europa necessita de um setor agrícola resiliente, sustentável e competitivo, para assegurar aos seus cidadãos a produção de alimentos seguros, de elevada qualidade e a preços acessíveis, bem como garantir condições socioeconómicas sólidas nas zonas rurais. O contexto dos desafios que a globalização coloca ao setor agrícola e às zonas rurais da União exige a continuidade de uma política agrícola comum modernizada e forte, como se encontra refletido nas propostas legislativas.

A Comissão congratula-se por a Assembleia da República partilhar a perspetiva de que a repartição de responsabilidades entre a União Europeia e os Estados-Membros prevista na proposta apresentada respeita os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e contribuirá para que os objetivos da política agrícola comum sejam alcançados com mais eficiência.

Não obstante um contexto geral muito exigente, incluindo a futura saída do Reino Unido da União Europeia e a necessidade de responder às prioridades políticas já estabelecidas e a novas prioridades políticas, a Comissão apresentou em maio de 2018

*Ex.^{ma} Senhora
Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República
Dr.^a Regina Bastos
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa
PORTUGAL*

*Sua Excelência o Presidente
da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa
PORTUGAL*

um conjunto de propostas razoáveis e equilibradas para o próximo quadro financeiro plurianual da União. Essas propostas destinam 365 mil milhões de euros à política agrícola comum no período 2021-2027, sinal claro da continuidade do apoio ao futuro da agricultura e das zonas rurais da União Europeia.

Embora esteja previsto um corte moderado dos pagamentos diretos na maior parte dos Estados-Membros, em Portugal as dotações até irão aumentar, numa perspetiva de maior convergência externa. No respeitante ao desenvolvimento rural, a Comissão propôs um reequilíbrio dos apoios entre a União e os Estados-Membros, incluindo a possibilidade de contribuições nacionais acrescidas para manter um nível adequado de apoio às zonas rurais.

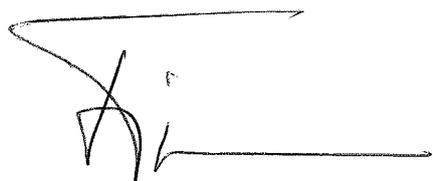
As propostas da Comissão simplificarão e modernizarão a política agrícola comum e preveem uma nova repartição de responsabilidades entre a União e os Estados-Membros. Essa nova repartição proporcionará mais flexibilidade aos Estados-Membros na adaptação das intervenções às necessidades nacionais, criando assim condições para uma maior simplificação e focalização.

A Comissão compartilha as preocupações da Assembleia da República relativamente aos efeitos das alterações climáticas no setor agrícola e precisamente por essa razão a futura política agrícola comum será chamada a contribuir para melhorar o desempenho ambiental e climático, à luz dos objetivos gerais de reforço da proteção ambiental e da ação climática. Os Estados-Membros terão maiores responsabilidades na escolha do modo como os fundos provenientes da política agrícola comum serão investidos, e com que finalidade, tendo em vista a consecução das ambiciosas metas comuns no domínio do ambiente, das alterações climáticas e da sustentabilidade.

Está em curso um debate entre a Comissão e os legisladores sobre as propostas apresentadas e a Comissão confia que possa chegar-se a um acordo num futuro próximo.

A Comissão espera que os esclarecimentos agora prestados tenham dado resposta às questões levantadas pela Assembleia da República e faz votos de que prossiga o diálogo político entre as duas instituições.

Com os melhores cumprimentos,



*Frans Timmermans
Primeiro Vice-Presidente*



*Phil Hogan
Membro da Comissão*